

# Aconteceu

## PT instala o 'governo paralelo'

O PT instalou seu "governo paralelo" em Brasília no dia 15. Não há ministro militar na lista dos primeiros nomeados. Não seria prudente, esclareceu Luis Inácio Lula da Silva. Temas como salários e constituição serão prioritários. (página 3)

Delfim Martins/F4



Lula: "Quem quiser garantir o cargo vai ter que trabalhar muito"

### Brigas entre Collor e Sarney eram combinadas para prejudicar Lula

A animosidade que separou Collor de Sarney durante a campanha presidencial não passou de encenação para vencer o candidato do PT. Às vésperas do segundo turno Sarney recebia recado de que teria que assimilar os golpes. (página 4)

Cecilia Marton



Em Promissão a luta pela terra fez os romeiros caminharem 9 km

### Romarias no PR e em SP reúnem 30 mil pela reforma agrária

Cerca de 30 mil pessoas participaram de duas romarias da terra no final de julho. Em Promissão (SP), 10 mil caminharam 9 km numa das maiores manifestações da Igreja Católica no estado pela reforma agrária. Em Coronel Vivida (PR), 20 mil acompanharam a 6ª Romaria da Terra do estado, promovida pela CPT e pelas igrejas católica e luterana. Houve protestos pelo assassinato do lavrador José Dias. (páginas 6 e 7)

### Metalúrgicos da Ford continuam em greve

A Ford ameaça não pagar os salários de julho dos grevistas. A greve continua. (página 12)

### Novo relatório confirma genocídio Yanomami

O relatório da Ação pela Cidadania confirma que o governo nada fez para salvar os Yanomami. (página 11)

### Ecumenismo leva igrejas de 13 países à Salvador

Foi realizado em Salvador (BA) encontro ecumênico em preparação à assembléia do CMI. (página 8)

556  
1990

## Majoria acredita que a inflação sobe

Nas dez principais capitais do país, 68% dos habitantes acreditam que a inflação vai aumentar nos próximos meses, segundo pesquisa DataFolha realizada no último dia 9 com 5 243 pessoas. Apenas 12% disseram que a taxa vai cair e 17% responderam que a inflação permanece no patamar dos 10%. A pesquisa aponta também para uma estabilização do índice de avaliação do Plano Collor, que foi considerado bom para o país por 32% dos entrevistados e ruim por 43%, praticamente o mesmo nível registrado há um mês — 31% e

41%, respectivamente. Uma semana depois do plano, o DataFolha havia coletado 81% de respostas "bom" e apenas 5% "ruim". Salvador e Fortaleza são as capitais onde é maior a desaprovação, com 56% e 51% de resposta "ruim", respectivamente. Curitiba, com 40% de respostas "bom", apresentou o maior índice de aprovação. 56% dos pesquisados acham que a vida do país ficou pior nos últimos meses e 58% dizem que o poder de compra hoje é menor do que antes da edição do plano. (*Folha de S. Paulo*, 15/07/90)

## Governo prevê queda de 3% do PIB

O governo brasileiro trabalha com uma previsão de queda de 3% do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano. A estimativa foi revelada pelo Secretário de Planejamento, Marcos Giannetti da Fonseca, depois de palestra no seminário "Déficit Público 1990/1991 — O Ajuste Fiscal", promovido pela Bolsa Mercantil & de Futuros, em São Paulo, Giannetti disse que o PIB é de US\$ 420 bilhões, pelos últimos reajustes. Isso significa que o país deixará de produzir neste ano algo como US\$ 12,6 bilhões, por conta da política recessiva de com-

bate à inflação. A cifra representa quase duas vezes o volume de reservas em dólares que o Brasil dispõe atualmente.

Ainda que a redução do PIB implique também queda da arrecadação da Receita, Giannetti da Fonseca defendeu a exequibilidade das metas do governo: obter neste ano um superávit das contas públicas de 1,2% e, em 1991, superávit de 1%. Um dos argumentos que usou em favor do superávit foi o alongamento do perfil da dívida interna. (*Folha de S. Paulo*, 20/07/90)

## IBGE aponta alta do desemprego

A taxa de desemprego pesquisada pelo IBGE nas seis principais regiões metropolitanas brasileiras chegou a 5,27% em maio. Em abril, o desemprego havia sido de 4,78%. Em maio de 89, era de 3,37%. A pesquisa é feita nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre.

Recife apresentou a maior taxa em maio, 7% (6,05% em abril), e Porto Alegre — única capital onde o desemprego caiu — a menor, 4,28% (4,49% em abril). Em São Paulo, a taxa subiu de 5,06% em abril para 5,52% em maio. A maior taxa foi a da indústria: 7,19% contra 6,55% em abril. (*Folha de S. Paulo*, 24/07/90)

## Balança comercial cai 43,5% em junho

O saldo da balança comercial em junho foi de US\$ 1,17 bilhão. O resultado foi 32,1% inferior a maio e 43,5% menor que o de junho do ano passado.

Cairam importações e exportações. As importações, de US\$ 1,35 bilhão, foram 10,1% inferiores às de maio, enquanto as exportações de US\$ 2,52 bilhões foram 28% menores que as de maio. O volume total de comércio (importações mais exportações) ficou em US\$ 3,9 bilhões apresentando uma queda de 18,1% em relação a maio. O saldo acumulado no 1º semestre foi de US\$ 6,1 bilhões, o menor desde 87. (*Folha de S. Paulo*, 18/07/90)

## Aconteceu

Nº 546

21 de julho a 4 de agosto de 1990

**CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação**  
Rua Santo Amaro, 129  
22211 - Rio de Janeiro - RJ  
Fone: (021) 242-8847  
Av. Higienópolis, 983  
01238 - São Paulo - SP  
Fone: (011) 825-5544

**Editor**  
Edmilson Zanetti  
MTb 15.192

**Editor de arte**  
Flávio Irala

**Editores assistentes**  
Ângela Galvão  
Célio Correia de Castro  
Elie Ghanem  
Fany Ricardo  
Magali do Nascimento Cunha  
Marita Regina de Carvalho

**Secretaria de redação**  
Beatriz Araújo Martins

**Diagramação**  
Marta Cerqueira Leite Guerra

**Paginação**  
Alfredo Salvador Vieira Coelho

**Fotolitos e impressão**  
Tribuna da Imprensa/RJ

*Aconteceu* é uma publicação quinzenal do CEDI que reúne notícias dos jornais de maior circulação no país — que não necessariamente estão reproduzidas na íntegra — e colaborações espontâneas dos leitores e entidades diversas. *Aconteceu* conta com a participação dos programas do CEDI: Povos Indígenas no Brasil (PIB), Movimento Camponês/Igrejas (MC/I), Educação e Escolarização Popular (EEP), Memória e Acompanhamento do Movimento Operário (MO) e Assessoria à Pastoral (Pp). As correspondências e assinaturas devem ser encaminhadas à redação: rua Santo Amaro, 129, CEP 22211 — Rio de Janeiro, ou por vale postal para a agência Largo do Machado nº 520845 — Rio de Janeiro — CEP 22221.

Assinatura anual  
Cr\$ 400,00  
Assinatura de apoio  
Cr\$ 500,00  
Assinatura exterior  
US\$ 50

## PT faz 'governo paralelo' sem ministro militar

O "governo paralelo" do PT instalado em Brasília não tem nenhum representante para a área militar. O deputado federal Luis Inácio Lula da Silva disse não ser "prudente" ter ministros militares no "governo paralelo". Segundo ele, o "ministro" da Defesa Nacional — aglutinação da Marinha, Exército e Aeronáutica — será um civil, escolhido após as eleições de outubro. Lula apresentou as dezesseis pessoas que integrarão o "governo paralelo".

"Não vou arrumar uma motocicleta contrabandeada nem um *jet sky* paralelo para disputar com o presidente eleito. Competir na área de *marketing* não me interessa", disse Lula. O deputado afirmou que vai mobilizar os setores sociais em torno das metas propostas pelo "governo paralelo". "Vamos chegar ao Congresso propondo emendas populares com um milhão de assinaturas. Ai vamos ver se Collor nos reconhece ou não", afirmou.

Segundo o economista Walter Barelli, responsável pela área econômica, na primeira reunião serão listados os problemas nacionais prioritários. Em princípio, o "governo paralelo" apóia a política de recuperação das perdas salariais aprovada pelo Congresso. Se Collor vetar o projeto, o "governo paralelo" promete reagir. "Não se pode praticar o sadismo econômico. Impedindo a reposição das perdas o governo está sacrificando os salários para garantir um processo de estabilização em que preços, juros e câmbio ainda sobem", afirmou.

Outra área que merecerá atenção do PT é a defesa da Constituição. Se o governo continuar com esse esti-

lo autoritário, terei muito trabalho", disse o senador José Paulo Bisol (PSB-RS), que foi candidato a vice-presidente na chapa de Lula. Ao lado do jurista Márcio Thomaz Bastos, indicado para a área da Justiça, Bisol recorrerá ao Supremo Tribunal Federal quando necessário.

Os primeiros dezesseis membros do "governo paralelo" serão testados nos próximos três meses. Ao contrário de Collor, que disse que manterá seus ministros até o fim do governo, Lula afirmou que "quem quiser garantir o cargo vai ter que trabalhar muito". (Folha de S. Paulo, 16/07/90)

### Os 'ministros' do PT

**Cultura:** Antônio Cândido de Mello e Souza, 72, professor emérito da Faculdade de Filosofia da USP, fundador do PT, tem livros e ensaios sobre teoria literária.

**Meio Ambiente:** Aziz Ab' Saber, 66, geógrafo e pesquisador, ex-vice-presidente da SBPC e atual professor-visitante do Instituto de Estudos Avançados da USP.

**Defesa da Cidadania e Combate às Discriminações:** Benedita da Silva, 46, deputada federal (PT-RJ), formada em Serviço Social e licenciada em Estudos Sociais.

**Relações Exteriores:** Carlos Nelson Coutinho, 47, bacharel em Filosofia, professor titular da UFRJ.

**Educação e Desenvolvimento:** Cristóvam Ricardo Buarque, 44, ex-reitor da UnB, é professor de economia da UnB.

**Agricultura:** José Gomes da Silva, 63, agrônomo, ex-presidente do Incra e membro da equipe que elaborou o Estatuto da Terra.

**Saúde:** José Leôncio de Andrade Feitosa, 42, é cirurgião cardiologista da UFRJ.

**Reforma Constitucional:** José

Paulo Bisol, 62, senador (PSB-RS), foi candidato a vice-presidente na chapa de Lula.

**Energia e Mineração:** Luis Carlos de Menezes, 46, físico, dirige a Extensão Universitária da USP.

**Ciência e Tecnologia:** Luiz Pinguelli Rosa, 48, físico, é professor de pós-graduação da UFRJ.

**Comunicações:** Cristina Tavares, 54, jornalista e deputada federal pelo PDT-PE.

**Justiça:** Márcio Thomaz Bastos, 54, advogado, ex-presidente da OAB.

**Trabalho e Previdência:** Paulo Renato Paim, 40, deputado federal (PT-RS), ex-metalúrgico.

**Economia:** Walter Barelli, 51, economista, ex-diretor do Dieese.

**Desenvolvimento Regional:** Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira, 56, economista, pesquisador do Cebrap e professor do Departamento de Sociologia da USP.

**Reforma Administrativa:** Ademar Sato, 48, administrador, atualmente é técnico em planejamento governamental. (Folha de S. Paulo, 16/07/90)

### Haddad suspeita de saques em Brasília

Depois de um mês analisando as informações remetidas pela ministra Zélia Cardoso de Mello, o senador Jamil Haddad (PSB/RJ) disse que elas não são claras o bastante para permitir a confirmação ou não de saques bancários efetuados antes do Plano Collor. (Correio Braziliense, 13/07/90)

### Collor ajuda candidatura Covas

O senador tucano Mário Covas é o candidato de Brasília ao governo de São Paulo. Essa é a conclusão que se pode tirar a partir das primeiras nomeações do governo Collor no Estado com alterações na diretoria da Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa). As indicações teriam caráter técnico. Afinal, a ministra Zélia Cardo-

so de Mello, da Economia, trabalhou a favor de nomes que conhece bem.

Exemplo: na direção de produção da Cosipa foi mantido Rafael de Moura Campos, do grupo do ex-diretor industrial da empresa, Francisco Ari Souto, que comandou a campanha presidencial de Covas na Baixada Santista. (Jornal da Tarde, 23/07/90)

## Collor e Sarney combinaram brigas para vencer Lula

Às 8h da manhã do dia 27 de fevereiro passado, um helicóptero UH Esquilo 55 da FAB decolou da Base Aérea de Brasília em direção à Casa da Dinda, residência do então presidente eleito Fernando Collor de Melo. Collor embarcou e, minutos mais tarde, pousou no sítio São José do Pericumã, de propriedade do ainda presidente José Sarney. Começavam a ser construídas ali, durante um encontro cercado de sigilo, as bases de um acordo para a transição.

A estrada entre Collor e Sarney começou a ser pavimentada antes mesmo que as urnas indicassem o nome do novo presidente. No início de dezembro, duas semanas antes do segundo turno das eleições, o empresário Paulo César de Farias, o PC, que funcionou como caixa da campanha de Collor, chegou de manhã ao Palácio da Alvorada. PC levava a Sarney a mensagem de que Collor não tinha mais como evitar ataques diretos e freqüentes ao governo que acabava. E mais: caso Sarney insistisse na retaliação, as críticas subiriam de tom. O recado era claro. Sarney precisava assimilar os golpes, em nome de um interesse comum. Se não fosse assim, o candidato do PT, Luis Inácio Lula da Silva, poderia chegar à Presidência.

**Manobra ousada** — O receio de PC era o de que Sarney ainda tivesse munição suficiente para alvejar seu candidato. Estavam frescas na memória de Collor e sua equipe as lembranças do estrago provocado por Sarney ao apoiar a candidatura-relâmpago do animador Sílvio Santos, nos instantes finais do primeiro turno — uma aventura que custou ao candidato do PRN uma queda nas pesquisas eleitorais. Ruim mesmo foi a exibição de um vídeo em que Collor, no início de seu governo em Alagoas, aparecia ao lado de Sarney cobrindo-o de elogios. Era o mesmo Sarney a quem, dois anos mais tarde, atacaria impiedosamente e que, para se defender, exibiria em rede nacional a cena de Alagoas.

A aproximação de Sarney foi detonada pelo deputado Bernardo Cabral, hoje ministro da Justiça de Collor. No dia 23 de fevereiro, uma sexta-feira, telefonou para um ajudante-de-ordens de Sarney. "Diga ao presidente que gostaria de encontrá-lo para discutir a nomeação de um ministro", propôs. De acordo com um parlamentar ligado a Collor, o real objetivo de Cabral era conquistar a cooperação de Sarney para a edição do pacote econômico que seria baixado no primeiro dia do novo gover-

no. Collor precisava contar com um presidente do Banco Central, cuja indicação tinha que ser aprovada pelo Senado, no dia da posse — e para isso dependia da caneta de Sarney.

A data foi marcada para 27 de fevereiro. Para que a operação não vazasse, várias precauções foram tomadas. Conforme um político com trânsito junto a Collor, até mesmo as conversas telefônicas sobre o assunto no Bolo de Noiva foram evitadas. Collor foi informado por assessores militares de que os telefones poderiam estar sendo alvo da escuta do Serviço Nacional de Informações, que o presidente viria a extinguir. "Como vai a Leda", saudou Sarney, ao receber Collor no Pericumã, referindo-se à mãe do seu sucessor e sua antiga conhecida.

O encontro transcorreu num clima amistoso. Os laços de Sarney com a família Collor colaboraram bastante para o entrosamento. O ex-presidente e o pai de Collor, o falecido senador Arnon de Mello, eram velhos amigos. Sarney chegou a subir à tribuna do Senado, no final da década de 60, para defender Arnon de críticas. Eles moravam na mesma quadra, freqüentavam os mesmos ambientes, tanto que os filhos de Sarney, Roseana e Zequinha, José Sarney Filho, costumavam conviver com o então caçula de Arnon, Fernando. Apenas Collor e Sarney ficaram na sala de 25 m<sup>2</sup> do Pericumã.

Foi nesse diálogo, e não no do Planalto, que Collor e Sarney acertaram os ponteiros sobre a transição. Além da questão do Banco Central, Collor deixou aberta a porta para vir a se ocorrer no caso de uma emergência — o que acabou acontecendo com a necessidade de que Sarney decretasse o feriado bancário anterior ao plano Collor, dois dias antes de deixar o cargo. No trecho político do colóquio, Collor chegou a explicar os motivos que o levaram a recrudescer seu discurso contra Sarney nos palanques. No final, já na varanda, os dois se despediram e marcaram o encontro oficial. Antes de sair, Collor propôs um compromisso. "O que aconteceu hoje aqui deve ser mantido sob sigilo." (*Jornal do Brasil*, 22/07/90)

### Em público, só hostilidades

• "Irresponsável, omissivo, desastrado e fraco". (Fernando Collor, a respeito de José Sarney, 04/11/89)

• "O senhor sempre foi um político de segunda classe". (Collor, ainda em 04/11/89)

• "O Collor está acabado, derrotado". (Sarney, 06/11/89)

• "Com Sílvio Santos ou não, Collor não tem mais chances". (Sarney, 06/11/89)

• "O senhor está com medo de perder seus privilégios, suas mordomias talvez". (Collor, no horário eleitoral, 04/11/89)

• "O senhor está apostan-

do no caos, na bagunça, no quanto pior melhor". (Collor, 04/11/89)

• "Nossa gente sabe que o senhor patrocinou essa trama, esta montagem, essa negociata". (Collor, a respeito da candidatura Sílvio Santos, 04/11/89)

• "O candidato de hoje insulta o presidente, desmente uma carreira política sempre no poder como se uma plástica biográfica operasse um milagre de uma cara nova". (Sarney, a responder na TV ao programa de Collor, em 10/11/89). (*Jornal do Brasil*, 22/07/90)

## Rio será sede de conferência ecológica da ONU

A cidade do Rio de Janeiro foi escolhida como sede da 2ª Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Organização das Nações Unidas (ONU), que acontecerá na primeira quinzena de junho de 1992. A decisão do presidente Fernando Collor de Mello foi transmitida por telex ao prefeito Marcelo Alencar, pelo ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek, acrescentando que lhe será enviada a proposta de convênio que deverá ser assinada entre seu Ministério e a prefeitura do Rio.

De acordo com o presidente do Riocentro, local da Conferência, Paulo Vianna, a decisão do presidente

Collor significa que o Rio irá sediar a reunião de 120 chefes de Estado, principal encontro da Conferência. Segundo ele, as reuniões paralelas, promovidas por entidades não-governamentais, também serão realizadas no Rio. A abertura da Conferência e os eventos secundários — tais como, feiras e exposições — deverão ser divididos com outros estados.

Há quatro meses a prefeitura do Rio vem trabalhando nos bastidores para trazer para a Cidade os principais eventos e Conferências e, para isso, o próprio prefeito procurara o ministro Francisco Rezek. Também houve entendimentos com o secretário geral do Meio Ambiente do Ita-

maraty junto à ONU, o embaixador Macedo Soares, que visitou o Riocentro. O secretário-geral da Conferência, Maurice Strong, já sobrevoou o local.

A Prefeitura está aguardando a visita de uma missão da ONU e do Itamaraty para que sejam acertadas algumas providências. A princípio, segundo Paulo Vianna, deverá ser feito até um isolamento dos hotéis e do Riocentro para garantir a segurança aos participantes da Conferência. Outras preocupações são com a hospedagem e o esquema de transporte. O Riocentro deverá sofrer algumas adaptações. (*O Globo*, 19/07/90)

## Alemanha vai destinar US\$ 150 milhões para projetos brasileiros

A Alemanha vai liberar para o Brasil US\$ 150 milhões para projetos de meio ambiente. Em encontro em Brasília com o secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger, o ministro da Cooperação Econômica da Alemanha, Juergen Warnke, anunciou os projetos nos quais o dinheiro será aplicado.

De imediato, o Brasil tem à disposição uma verba de US\$ 20 milhões. A Secretaria do Meio Ambiente já estuda projetos para apresentar ao governo da Alemanha. Outros US\$ 750 mil serão aplicados no projeto preparatório, para estudos de aspectos ecológicos nas florestas tropicais úmidas. Esse montante inclui despesas com consultoria, hospedagem dos consultores e equipamentos. Os recursos devem ser liberados entre setembro e outubro deste ano.

A partir do ano que vem, o Brasil vai receber mais US\$ 35 milhões. Sua aplicação ainda não foi definida. Eles serão liberados parceladamente nos próximos três anos.

Até o ano passado, a Alemanha ocupava o primeiro lugar em cooperação técnica com o Brasil. A principal realização foi o acordo nuclear, em 1975. (*Folha de S. Paulo*, 20/07/90)

## Países desenvolvidos têm política ambiental fraca

A Alemanha Ocidental é o país com a política ambiental mais progressista do mundo. 150 organizações ambientais reunidas na "Cúpula Ambiental", paralela à reunião dos sete países mais industrializados, em Houston, avaliaram os programas e as políticas ambientais dos sete grandes e deram nota 63 para a Alemanha. A França, em segundo lugar, recebeu nota 48. A Itália ficou em último, com um rele 31.

Para os ecologistas, os sete grandes fazem muito pouco pelo estado do planeta, além de agravá-lo. "Nosso placar ambiental mostra a apatia das nações mais industrializadas com a crítica situação ambiental do mundo. Como Nero, entretendo-se com Roma em chamas, essas nações assistem o planeta virar fumaça", afirma Jay Hair, da Federação Nacional da Vida Selvagem, dos EUA. (*Folha de S. Paulo*, 18/07/90)

## Decreto define regras do zoneamento ecológico

O governo prepara-se para iniciar em breve as atividades do zoneamento ecológico-econômico do país, definidas por meio do decreto nº 99 246, de 10 de maio, sob a responsabilidade da Secretaria de Assuntos Estratégicos. Esse documento é considerado fundamental para a aplicação de qualquer atividade ecológica que venha a ser realizada daqui por diante.

Na exposição de motivos, o decreto diz que cabe à União preparar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território. A proteção do meio ambiente e o combate

a qualquer forma de poluição são atribuições tanto da União como dos estados e municípios e do Distrito Federal. Dessa forma, a realização do zoneamento ecológico-econômico deverá ser conduzida a partir de uma política que analise os aspectos ecológicos e econômicos de uma determinada região. O grupo de trabalho que organizou a proposta concluiu que a ocupação dos espaços amazônicos, por exemplo, vem sendo realizada de modo inadequado no que se refere à proteção ambiental. (*O Estado de S. Paulo*, 21/07/90)

## Polícia monta 'operação de guerra' contra ocupação

A região do Pontal do Paranapanema é conhecida por seus conflitos de terra, sempre marcados por ocupações de grandes propriedades. Na madrugada do dia 14 de julho, mais um capítulo desta história foi escrito, quando oitocentas famílias, organizadas pelo Movimento dos Sem-Terra ocuparam a Fazenda Nova Pontal. No entanto, dois dias após a ocupação, o juiz Camilo Lellis dos Santos Almeida concedeu liminar de reintegração de posse ao proprietário, apesar do título de propriedade da área estar sendo contestado pelo governo estadual na Justiça, pois se trata de terra devoluta. Desde então, foram deslocados para o local seiscentos homens da Polícia Militar, que

passaram a vigiar e impedir a entrada de outros sem terra na área.

Na tentativa de abrir um canal de negociação e impedir o despejo das famílias, foram retidos na área os oficiais de Justiça Osvaldo Castellão e Antonio Djalma Exel, portadores da liminar de reintegração de posse da área. Estes foram libertados dois dias depois, tendo resultado infrutíferas as tentativas de diálogo com o governo, que se mostrou inflexível.

O que se seguiu foi uma verdadeira operação de guerra, confirmando que, tal como denunciara o presidente da CUT estadual, Jorge Luiz Coelho, a ocupação fora tratada como "caso de polícia". De fato, um total de setecentos policiais, armados com

fuzil, escudo e bombas de gás lacrimogêneo, foi mobilizado para a retirada das famílias. Trezentos policiais militares cercaram a área, enquanto os outros quatrocentos ficaram na estrada aguardando ordem para auxiliar na retirada, caso houvesse conflito.

As famílias, contudo, optaram por uma saída pacífica da fazenda, se deslocando para um local conhecido por Itapora, onde pretendem reorganizar-se. Um dos líderes, porém, não conseguiu chegar lá: Josmar Choptian foi detido e indiciado na delegacia de Porto Primavera por crime de cárcere privado contra os dois oficiais de Justiça. (*O Globo*, 21/07/90)

## 'Vão me matar após a eleição', afirma o sindicalista Osmarino

"Minha morte tem data marcada: depois de 3 de outubro". Com voz pausada e aparentando tranquilidade para quem já sofreu cinco atentados e recebe diariamente ameaças de morte, o líder sindical Osmarino Amâncio Rodrigues, sucessor de Chico Mendes, contou por que dispensara a proteção do governo federal, oferecida pelo Ministério da Justiça, através da Polícia Federal.

"A experiência de Chico Mendes demonstra que não adianta. A segurança da polícia não garante minha vida. Além disso, a polícia está dividida em duas alas e a principal delas é comandada pelo esquadrão da morte. Já a minha segurança conhece todos os meus amigos, meus parentes e, principalmente, os meus inimigos", afirmou. (*O Globo*, 21/07/90)

## Dez mil na Romaria pró-reforma agrária

Cerca de 10 mil trabalhadores rurais participaram dia 22 da 1ª Romaria da Terra, em Promissão, interior de São Paulo. A caminhada de nove quilômetros foi uma das maiores manifestações pela reforma agrária promovida pela Igreja. A romaria terminou com missa rezada pelo arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns. Na homilia, propôs a união dos trabalhadores do campo e da cidade. (*O Globo*, 23/07/90)

## Incra quer privatizar usina pernambucana

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), organismo vinculado ao Ministério da Agricultura, vai publicar, dentro dos próximos dias, edital de concorrência, no Diário Oficial da União, para privatizar a usina Caxangá, localizada no Município de Ribeirão, região sul de Pernambuco.

Uma equipe de técnicos está promovendo levantamento da situação da unidade sucroalcooleira, que tão logo seja concluído será enviado ao Ministério da Agricultura e posto em concorrência. Cerca de seis grupos empresariais já se habilitam a adquirir o controle acionário da empre-

sa açucareira que não tem campo agrícola, pois os engenhos foram desapropriados há mais de vinte anos pelo presidente Humberto Castelo Branco e divididos em parcelas de 980 pequenos agricultores canavieiros que exploram a cana de açúcar e lavoura alimentar.

A usina chegou a esmagar em torno de 400 mil toneladas de cana fabricando 600 mil sacos de açúcar de 50 quilos para exportação. No decorrer da safra 89/90, esse número caiu substancialmente, motivado pela crise do parque industrial, que chegou a formar uma comissão composta de fornecedores, parceiros e operá-

rios para gerir os negócios com o açúcar.

Os fornecedores de cana, os parceiros e os trabalhadores na indústria do açúcar, ao serem informados da possível privatização da empresa, garantiram que farão uma mobilização a fim de que o parque industrial não passe às mãos de usineiros da região. Para ele, se isso ocorrer "vai causar verdadeiro caos na esplanada da unidade açucareira, já que se sabe da existência de interessados na compra da empresa para unicamente adquirirem as cotas de produção de açúcar, álcool e cana". (*Diário de Pernambuco*, Recife, 11/07/90)

## Fazenda do Paraná é acusada de formar milícia

A polícia do Paraná começa a investigar a formação de grupos paramilitares pela empresa Terplan Empreendimentos Florestais e Agrícolas, para expulsão a mão armada dos agricultores sem-terra que ocupam uma de suas fazendas, a Terra Cortada, no município de Inácio Martins, a 240 km de Curitiba. Os pistoleiros são acusados da morte do lavrador José Dias, 37 anos, ferido no dia 7 deste mês durante um tiroteio contra o acampamento. De seu escritório na capital, a Terplan recruta vigilantes desempregados para atuar como pistoleiros na fazenda, como fez com João Vieira Alves, 41 anos, que denunciou a proposta de trabalho ao sindicato da categoria. O dono da Terplan, Sinésio Zo-

nari, não foi encontrado para responder à acusação.

O convite foi feito no dia 3, no escritório da empresa, onde chegou levado por um conhecido. Um homem chamado Pedro, a quem cabia recrutar João e mais cinco homens para a área já naquela noite, explicou que o trabalho seria "tirar os sem-terra da fazenda". Ele ofereceu revólveres, escopetas e carabinas, munição à vontade e 25 advogados da firma. "Ele disse que era para matar ou morrer, como na Guerra do Vietnã", conta João.

A Federação dos Vigilantes do Paraná está reunindo provas contra outros fazendeiros acusados da mesma prática. Segundo o secretário da federação, Neli dos Santos, um gran-

de grupo rural tem inclusive uma empresa de treinamento de vigilantes, com fachada legal, que fornece mão-de-obra para os fazendeiros. Em cursos de dez dias, os homens são treinados no uso de armas e técnicas de ataque, além de receberem, segundo Neli, formação anti-sindical e ideológica.

Ele afirma que os desempregados são presas fáceis das ofertas dos fazendeiros, porque, desde o advento do Plano Collor, o mercado de trabalho já dispensou 10% dos 20 mil vigilantes do Paraná. Além disso, várias empresas continuam formando novos profissionais. "Há uma política de criar um excedente de homens que sabem lidar com armas", acusa Neli. (*Jornal do Brasil*, 20/07/90)

## Romaria da Terra reúne 20 mil no PR

As fortes geadas e o intenso frio não impediram que cerca de 20 mil pessoas participassem no último dia 22, no município de Coronel Vívica (PR), da 6ª Romaria da Terra, organizada pela CPT com apoio das igrejas Católica e Luterana. Elas percorreram

2 km até a igreja matriz, onde plantaram uma muda de erva-mate, marco da romaria. Houve um ato de protesto contra o assassinato do lavrador José Dias, morto dia 7 por jagunços durante cerco aos colonos que ocuparam a fazenda Terplan, no interior do estado. (*O Globo*, 22 e 23/07/90)

## Polícia fere um e detém sete no Pará

O lavrador Valdo José da Silva foi ferido a tiros e sete posseiros foram presos no despejo de trezentas famílias de trabalhadores rurais da Fazenda Jandaia, em Curionópolis (PA), executado por policiais militares e civis comandados pelo delegado Valdo Almeida. De acordo com

o Conselho Nacional dos Seringueiros, a polícia entrou na fazenda no dia 21 e tomou como reféns mulheres e crianças, para que dissessem onde os trabalhadores se encontravam. Valdo foi baleado pelas costas, quando trabalhava na roça. (*Jornal do Brasil*, 24/07/90)

### Lavrador está desaparecido

O lavrador Valdo José da Silva, baleado dia 21 durante despejo na fazenda Jandaia, em Curionópolis (PA), foi retirado do hospital pela polícia e até o dia 24 à tarde estava sumido. Segundo informações da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, dez posseiros presos durante o despejo foram localizados na delegacia de Marabá e disseram que desde o dia 21 não recebem alimento. (*Jornal do Brasil*, 25/07/90)

## CUT divulga lista de ameaçados em MG

A seção mineira da Central Única dos Trabalhadores (CUT) divulgou no último dia 17 os nomes de seis pessoas envolvidas em conflitos de terra no estado, que estão ameaçadas de morte. O primeiro da lista é o candidato a governador de Minas pelo PT, Virgílio Guimarães, que foi ameaçado durante a ocupação de fazendas em Iturama, no Triângulo Mineiro, no início do ano. Os outros são a ex-diretora da executiva regional da CUT Maria Aparecida Rodrigues Miranda, de Unai (MG); a sindicalista Maria Ângela de Matos, de Bonfinópolis; o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bocaiúva, Juarez Teixeira Santana; e os agricultores José Maria Pinto e José Maria Santos, ambos de Miradouro.

A CUT-MG, Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais e a CPT identificaram em Minas cerca de 150 conflitos de terra, a maioria nas regiões norte e noroeste do estado. Os conflitos, segundo o diretor da Federação dos Trabalhadores Juarez Lopes Pereira, "demonstram a situação de abandono dos acampamentos e assentamentos realizados pelo Incra desde o governo passado". (*Jornal do Brasil*, 18/07/90)

## Encontro ecumênico reúne igrejas latino-americanas

Com o tema "América Latina caminhando com o Espírito para a libertação", foi realizado em Salvador (BA), de 9 a 14 de julho, o Encontro Ecumênico Preparatório à 7ª Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), que se realizará em 1991, em Camberra,



Austrália. A abertura contou com o cardeal arcebispo de Salvador, dom Lucas Moreira Neves, que saudou os 120 delegados das igrejas evangélicas de treze pa-

íses latino-americanos. Além dos delegados, participaram bispos, presidentes de igrejas, pasto-

res, teólogos, para discutir o compromisso das igrejas com a realidade social. Por causa desse compromisso, a dívida externa foi apontada como a principal causa da miséria que assola o Terceiro Mundo e é considerada impagável pela maioria das igrejas que compõem o CMI. Segundo o presidente da Igreja Evangélica do Rio de La Plata, Rodolfo Reinich, a dívida externa transformou-se num instrumento de "destruição e morte" e seu pagamento implica "na redução drástica de investimentos em programas de saúde, educação, habitação e saneamento básico".

Outro tema debatido foi o ecumenismo. Sobre este assunto pronunciou-se o secretário geral do CMI, Emilio Castro, pastor da Igreja Metodista do Uruguai. Segundo ele, o ecumenismo vive uma situação de crise: "O ecumenismo no mundo está numa situação que pode ser comparada à escalada de uma montanha". "Os alpinistas já estão chegando no topo. É o momento de dar as mãos, porém esse momento exige coragem, uma vez que envolve riscos. O alpinista tem que saltar a montanha..."

O fenômeno das chamadas seitas pentecostalizadas também foi objeto de análise. Em tom de autocritica, o bispo argentino da Igreja Metodista e presidente do Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI), Federico Pagura, reconheceu a responsabilidade das igrejas protestantes e católica na proliferação destes movimentos. "Há um certo vazio espiritual e moral em nossos povos cuja lacuna estamos sendo incapazes de preencher. Muitas vezes somos exclusivistas, dogmáticos e sectários, e por isto falhamos na pastoral evangélica".

Ao final foi produzido documento intitulado "Ouvindo e clamando ao Espírito", que aborda em três partes as principais conclusões: a realidade social do Terceiro Mundo, em especial da América Latina; o compromisso das igrejas com esta realidade; e os desafios que se colocam às igrejas hoje. (*Correio da Bahia*, 10-11/07; *Tribuna da Bahia*, 11 e 14/07/90; *A Tarde/Salvador*, 11/07/90)

### Esperança X frustrações: desafio ecumênico

Bispos, pastores(as) e assessores do Caribe e América Latina, dos Estados Unidos, Canadá e Europa, reunidos em Kingston (Jamaica) de 4 a 9 de junho em seu 2º Encontro, compartilharam a experiência destes dias através de um documento intitulado "Semando a esperança depois de uma década de frustrações".

Alguns trechos do documento: "No 1º Encontro realizado em Cuenca em novembro de 1986 (...) se fez a seguinte declaração: 'A situação de injustiça e exploração em que vivem as grandes maiorias da América Latina e do Caribe é produzida por políticos que respondem a interesses imperialistas das grandes potências com a cumplicidade de grupos de poder nacionais'. O tema da dívida externa, então apontado, juntamente com o narcotráfico foram os temas do presente Encontro".

"O pagamento da dívida é moralmente condenável, porque está socavando cega e brutalmente o futuro da própria humanidade, ao incubar e provocar uma catástrofe que destrói os seres humanos e a própria natureza da América Latina e do Caribe. Vemos, portanto, com toda a evidência, que o pagamento da dívida é também questão ética, que não pode tomá-lo por base apenas em função do lucro, mas levando em conta o respeito à vida das pessoas e o futuro dos povos. Por isso, devemos acrescentar e proclamar

que a servidão da dívida é também política e socialmente irracional, e ameaça o próprio futuro dos credores".

"Em um contexto de crise econômica e recessão, de transferência de recursos de nossos países para o pagamento da dívida, o narcotráfico dinamiza perversamente as economias das nações envolvidas, gera e aprofunda uma quantidade de problemas sócio-econômicos e políticos de longo alcance".

"Crime em nível microsocial, corrupção estatal, atividades policiais extremamente repressivas que violam os direitos humanos fundamentais, têm sido algumas das consequências. É contudo no plano político que se manifesta mais claramente a crise provocada por esta atividade. A resposta do Estado tem sido a repressão pura, o incremento do castigo e da violência sobre camponeses, pequenos traficantes e consumidores, quase sem tocar nos narcotraficantes, com quem, inclusive, se aliou em alguns momentos para combater certos grupos de esquerda e organizações populares".

"Portanto, se exige um novo enfoque no qual o problema das drogas deve ser integrado e tratado conjuntamente com os restantes (...) Neste sentido as igrejas cristãs podem contribuir junto com outros setores (...) para a mudança de uma perspectiva de guerra para outra de diálogo". (*CEDI*, 20/07/90)



## Bispos católicos conservadores recebem Ratzinger

A visita ao Brasil do cardeal alemão Joseph Ratzinger, prefeito da Congregação Vaticana para a Doutrina da Fé, e sua participação no curso para bispos — promovido de 23 a 27 de julho por d. Eugênio Sales no Rio de Janeiro — fortalecem a posição da chamada corrente "conservadora" da Igreja no Brasil. As autoridades romanas querem reforçar o centralismo do Vaticano a partir de uma nova ênfase ao poder do papa João Paulo 2º. Essa posição da Cúria Romana foi ressaltada na reunião, dirigida a 96 bispos brasileiros participantes.

A intenção de reforçar o centralismo do Vaticano, reafirmando a autoridade e a infalibilidade do papa, e de resgatar a ortodoxia das posições da Igreja são visíveis hoje nas posições do prefeito da Congregação Vaticana para a Doutrina da Fé (o antigo Santo Ofício ou Inquisição Romana e Universal). Essa intenção também esteve implícita no tema do curso: "O Munus Petrinum (o mundo de Pedro) no final do Milênio diante

dos problemas da Igreja". A divisão na Igreja brasileira entre dois modelos eclesiais divergentes e a postura da Igreja diante da modernidade vieram ao centro das discussões.

Numa entrevista coletiva, Ratzinger voltou a condenar os setores da Teologia da Libertação que se inspiram em teses marxistas e cuja ação "pode destruir a fé e ter consequências imprevisíveis para a Igreja".

Segundo ele, a Santa Sé tem divulgado documentos criticando "certos tipos de Teologia da Libertação" e eventuais excessos de teólogos "progressistas" — como o recente documento "Instrumento sobre a Vocação do Teólogo" — para "evitar exclusões e chamar esses setores ao diálogo".

Os documentos da Santa Sé, segundo Ratzinger, oferecem "elementos de aprofundamento e diálogo para ajudar tais teologias a se posicionarem a partir da doutrina da Igreja". Para Ratzinger — considerado o cardeal mais poderoso da Igreja e o principal responsável pelas restrições impostas a teólogos "progressistas" —

existem em várias partes do mundo produções teológicas "que não são quimicamente puras, que têm posições aceitáveis e outras não". Para ele, há diversos graus de desvios nessas teologias.

O prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé evitou apontar teólogos que estariam seguindo ideologias estranhas à Igreja. Ratzinger evitou também comentar sua posição sobre a produção teológica do frei franciscano Leonardo Boff, punido pela Congregação para a Doutrina da Fé, em 1985, com 11 meses de "silêncio obsequioso". Disse esperar que o teólogo, "como uma pessoa de Igreja e de fé cristã, atue dentro das orientações da Igreja".

O teólogo Leonardo Boff disse esperar que Ratzinger tenha aproveitado sua visita para discutir "a criação de uma sociedade mais justa, com atenção especial para os mais pobres". Boff defendeu a Teologia da Libertação e disse que a Igreja "deve ser fiel à palavra de Deus". (*Folha de S. Paulo*, 22 e 24/07/90)

### Regional Leste 2 a caminho do 8º Intereclesial de CEBs

Em encontro que reuniu cerca de trezentos participantes, o Regional Leste 2 da Igreja Católica (Minas Gerais e Espírito Santo) iniciou a preparação para o 8º Intereclesial de CEBs (Santa Maria, 1992). O 4º Encontro Regional das CEBs do Leste 2, realizado nos dias 6 a 8, em Timóteo (MG), teve dois objetivos: celebrar e preparar o regional para Santa Maria/92 e articular e renovar a equipe local de animação das CEBs. 29 dioceses estavam representadas.

Participaram do encontro dois representantes da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e um da Igreja Metodista. A valorização de uma prática ecumênica pode ser testemunhada a inclusão de dois evangélicos (um por estado) na nova equipe de animação das CEBs. (*Jorge Atilio Iulianelli/CEDI*, 16/06/90)



ELEIÇÕES  
& IGREJA

### Pastor luterano é candidato a governador

O pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IELCLB) Inácio Lemke, vice-presidente nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), é o candidato da coligação PT-PC do B ao governo de Rondônia. Outros dois membros da IELCLB em Rondônia compõem uma "dobradinha" nas eleições de 3 de outubro, todos do PT: o pastor Rosemar Aahlert, de Alta Floresta, é candidato a deputado estadual, e o obreiro leigo Leonor Schrammel, de Ariquemes, concorre à Câmara dos Deputados. Outro pastor da IELCLB, Renato Becker, concorre a deputado estadual no Rio Grande do Sul, igualmente pelo PT.

A reforma agrária em Rondônia, a demarcação definitiva das terras das nações indígenas do Estado, a questão energética, da pequena indústria e dos garimpos são pontos essenciais da campanha da coligação PT-PC do B. A chapa liderada por Inácio Lemke, filiado ao PT, é composta ainda por José Neumar da Silveira, candidato a vice-governador, e Emerson Teixeira, que concorre ao Senado, ambos também filiados ao PT.

A atuação do narcotráfico em Rondônia já se tornou um ponto polêmico da campanha eleitoral. O candidato da coligação PTB-PDT e PDS, Olavo Pires, é acusado de ter ligações com grupos de narcotráfico da Colômbia. Olavo Pires, ironicamente, ignorando a denúncia, mandou pichar nas cidades o versículo bíblico "Se Deus é por nós, quem será contra nós?". No dia seguinte, foi acrescentado por um grafiteiro: "A Polícia Federal, é claro". (*Agência*, 26/06/90 e *Jornal do Brasil*, 14/07/90)

## Grupo de Trabalho é criado para rever política indigenista

No dia 19 de julho de 1990, o presidente Collor assinou decreto nº 99 405 que cria um Grupo de Trabalho Interministerial "com a atribuição de estudar e propor medidas destinadas a tornar mais efetiva a atuação do governo federal na preservação e defesa dos direitos e interesses das populações indígenas em todos os seus aspectos".

Representantes de seis ministérios — Justiça, Saúde, Agricultura, Educação, Infraestrutura e Ação Social —, duas secretarias — Meio Ambiente e Assuntos Estratégicos — e do Gabinete Militar terão o prazo de sessenta dias, após instalado o grupo, para apresentar suas conclusões ao ministro da Justiça, Bernardo Cabral. O artigo 3º determina que "pa-

ra consecução dos seus objetivos, sempre que entender necessário, o Grupo de Trabalho poderá solicitar o comparecimento de representantes de órgãos públicos ou entidades privadas, que, a seu juízo, possam oferecer colaboração ao estudo e equacionamento dos problemas das populações indígenas". (*Diário Oficial*, 20/07/90)

## Wayana-Aparai do Suriname atravessam fronteira para o Brasil

Cerca de 860 índios Wayana-Aparai que habitam o Suriname resolveram atravessar a fronteira com o Brasil depois de entrarem em conflito com guerrilheiros que lutam contra o governo de seu país. A ocupação ocorreu na segunda semana do mês de junho. O posto da Funai nas terras do Parque Indígena do Tumucumaque (AP) soube do ocorrido através do cacique Pikumimetkeira que, acompanhado por mais três companheiros, tinha condições de comunicar-se em português. Levando vinte dias para percorrerem a distância que separa o posto da fronteira, a comitiva veio conseguir socorro para o restante do grupo que ficou acampado numa das margens do rio Parumã, próxima da aldeia indígena Matawarotari, já no lado brasileiro.

A FAB foi acionada para viabilizar o socorro médico e alimentício para o grupo. Algumas mulheres grávidas têm hemorragias decorrentes

do esforço da grande caminhada, mas segundo o cacique, a maioria sofre de malária e gripe. Em telex para a administração da Funai em Macapá, a preocupação do chefe do posto era poupar os índios do lado brasileiro de possível contágio. O Parque do Tumucumaque é habitado por aproximadamente 560 Tiryó e 269 Wayana-Aparai. Segundo relato dos indígenas transmitido aos funcionários da Funai, dos 860 índios que alcançaram o território brasileiro cerca de trezentos estão dispersos na mata, e a suposição é de que estão tentando alcançar a aldeia dos Tiryó, já dentro do estado do Pará, para pedir socorro à missão dos franciscanos instalada naquela região, próximo à base da FAB. A vinda desses índios significa o reatamento de laços entre grupos familiares que se separaram no decorrer da história. (*Márcio Raposo, O Liberal/PA*, 13/07/90)

## Funai negocia usina com Nambiquara

Onze índios Nambiquara foram trazidos para Brasília para discutir com o presidente da Funai, coronel Airton Alcântara, o problema da construção de uma hidrelétrica dentro da reserva indígena, no rio 12 de Outubro, na divisa do estado do Mato Grosso com Rondônia. A Funai está negociando com a empresa Goes-Cohabita S/A os termos do contrato para a construção da Usina 12 de Outubro, e alega que as lideranças

Nambiquara permitiram sua construção em troca de dinheiro e veículos. Na passagem por Brasília, entretanto, os índios foram contundentes e reforçaram sua posição contra a hidrelétrica. Se reivindicaram dinheiro e um veículo Toyota é porque isso vinha responder a antigas necessidades da comunidade, o que não significa que o pedido foi feito com o objetivo de negociar e permitir a efetivação do projeto. (*CEDI*, 25/07/90)

## Tapeba sofre agressão

José Flávio Alves de Almeida, da comunidade indígena Tapeba, em Caucaia, região metropolitana de Fortaleza, foi preso por policiais armados de revólveres e escopetas depois de espancarem também sua mulher. A denúncia foi feita pelo advogado Aécio Aguiar, da Pastoral Indígena da Arquidiocese de Fortaleza.

Nos últimos dez dias, ainda de acordo com o advogado, vários homens armados de espingardas e escopetas destruíram cercas e casas dos Tapebas, numa área que está sendo discutida na Justiça por uma empresa de panificação.

A tensão entre índios e posseiros agrava-se pois estes estão tentando levantar um muro para cercá-los, impedindo-os de sobreviver dos manguezais. (*Tribuna da Imprensa/RJ*, 13/07/90)

## Raoni não é recebido por Fernando Collor

Por não ter marcado audiência, o cacique Raoni não conseguiu reforçar o pedido para que o presidente Collor assinasse o decreto demarcando a área de 4,8 milhões de hectares para os Mekragnoti, da nação Kaikó. Além disso, Raoni queria comunicar a viagem que fez ao Peru, no dia 18 de julho, acompanhado do cacique Kuiuui Suyá, para participarem de um congresso internacional sobre a questão indígena na América do Sul. (*Tribuna da Imprensa*, 18/07/90)

## Situação dos Yanomami não melhorou

Nos cem dias de governo Collor, o que mudou em Roraima, segundo os membros da Ação pela Cidadania, foi que os garimpeiros começaram a extrair, com mais vigor, cassiterita. "Nada aconteceu que realmente mudasse a situação", disse o senador Severo Gomes, durante a divulgação, em São Paulo, do segundo relatório elaborado pela Ação da Cidadania, sobre os Yanomami, no período compreendido entre junho de 1989 e maio deste ano. "O que se viu até agora foi apenas um show". Das catorze pistas clandestinas dinamitadas pela Polícia Federal, oito já foram reconstruídas. 5 mil garimpeiros continuam lá, os rios estão contaminados por mercúrio, em algumas regiões não há peixes e a caça é escassa. A nação Yanomami continua sendo dizimada. Pelo menos mil Yanomami morreram, em função de doenças, nos últimos dois anos em Roraima, diz Cláudia Andujar, da CCPY. Isto significa 12 a 15% da população do estado de Roraima.

O estudo traz, também, os resul-

Charles Vincent



A ação devastadora dos garimpeiros continua dizimando os Yanomami

tados do 3º Plano Emergencial de Atenção à Saúde Yanomami, organizado pela Funai e Ministério da Saúde, com participação da Fundação Oswaldo Cruz e equipe de saúde da

Ação pela Cidadania. A conclusão foi de que apenas 25% dos Yanomami foram beneficiados pela operação, muito aquém do desejado. (*Gazeta Mercantil*, 20/07/90)

### Garimpeiros controlam pistas no território Yanomami

Depois de expulsarem os funcionários da Funai do posto em Paapiú e passarem a controlar a pista de pouso da área, os garimpeiros repetiram a operação em Jeremias, local onde a Polícia Federal havia instalado sua base para a operação das explosões das pistas clandestinas dentro do território Yanomami. Além de ameaça-

dos de morte, os funcionários da Funai suspeitam que os garimpeiros estejam interferindo nas transmissões radiofônicas entre os demais postos da região. No início da noite de 12 de julho a Polícia Federal ainda não tinha conhecimento da ação dos garimpeiros. (*Folha de S. Paulo*, 13/07/90)

### Doença afeta Makuxi

A descoberta de um surto de leishmaniose visceral que tem atacado os Makuxi (norte de Roraima) levou as autoridades sanitárias do estado a recorrerem ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e ao Instituto de Medicina Tropical de Manaus; esta doença que ataca os intestinos, por ser pouco conhecida, não tem medicação precisa. (*OLiberal/PA*, 12/07/90)

## Fazendeiros pressionados a deixar área dos Wapixan

Os fazendeiros instalados na Área Indígena Canauanim, território do Wapixana, a 50 km de Boa Vista (RR), receberam uma intimação para deixarem a área até o dia 18 de julho, sob pena de serem presos pela Polícia Federal. A promotora Marta Rezende Pinto acompanha no local a execução da sentença do juiz da 6ª Vara da Justiça Federal de Brasília que concedeu liminar à Procuradoria

Geral da República contra a Funai que, em 1988, através do funcionário Célio Horst, intermediou um acordo entre índios e cerca de dez fazendeiros para que estes continuassem criando gado nas terras Wapixana. A Procuradoria entendeu que o documento não tem valor e que o acordo é contrário aos interesses e direitos dos índios, pedindo à Justiça que mandasse os fazendeiros cumprir a Portaria

1982, do próprio órgão a presença de brancos nas. O problema em Canauanim

## Metalúrgicos da Ford decidem manter greve após protestos

Um protesto dos trabalhadores da Ford em São Bernardo do Campo terminou, na noite do dia 20, com a depredação de várias dependências da empresa e mais de duas dezenas de carros destruídos.

A Ford havia comunicado no dia 2, que não pagaria os salários de 6 500 trabalhadores, por considerar que a greve dos novecentos metalúrgicos da manutenção e da ferramentaria, setores estratégicos à produção, era uma decisão conjunta da categoria. Ao receberem os holerites com os descontos, cerca de mil trabalhadores iniciaram uma assembléia dentro da fábrica. Ao final do dia os operários se concentraram em frente ao prédio do Departamento de Relações Industriais da Ford. Enquanto alguns representantes dos trabalhadores entraram no prédio para tentar uma negociação, outros pressionavam para que todos entrassem, gritando palavras de ordem. A essa altura o número de metalúrgicos dentro da fábrica subiu para 2 a 3 mil. Um blindado e 241 policiais militares participaram da operação que pôs fim ao conflito.

No segunda-feira, 23 de julho, seiscentos dos novecentos trabalhadores decidiram em assembléia pela continuidade da greve, até que sejam readmitidos os cem trabalhadores demitidos no início do movimento, e que sejam pagos, sem desconto dos dias parados, os salários dos que não participam da greve. Uma assembléia realizada anteriormente, no pátio da empresa, com a presença dos que não estão em greve, rejeitou por unanimidade o nome do ministro do Trabalho, Antonio Magri, para intermediar as negociações com a empresa. Por outro lado, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema pediu a Justiça do Trabalho para que a empresa tenha cuidado para não ser obrigada a pagar o pagamento dos salários dos trabalhadores em greve.

### Vicentinho esclare em nota

Em nota emitida no dia 23, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Vicente Paulo da Silva, analisa e esclarece os acontecimentos na Ford:

“Entendendo a complexidade do momento ora vivido pelos trabalhadores na Ford Brasil e também considerando os incidentes ocorridos no interior da fábrica na última sexta-feira (20/07/90), a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema vem a público esclarecer:

“1) A greve foi deflagrada no dia 11/06, nos setores de ferramentaria e manutenção, a partir de decisão tomada pelos novecentos trabalhadores dos dois setores, como forma de mobilização da campanha salarial da categoria;

“2) A Ford, ao contrário de outras empresas onde houve greves, reprimiu com dureza seus trabalhadores, ao atentar contra os direitos constitucionais de greve e organização sindical e demitir, por justa causa, cem trabalhadores e afastar membros da Comissão de Fábrica, Cipa e diretor do sindicato;

“3) No dia 29/06, a categoria, inclusive os trabalhadores na Ford, aprovou a proposta econômica oferecida pela Fiesp, que resultou num reajuste de 59,11% para os trabalhadores nas montadoras;

“4) Os novecentos trabalhadores na Ford, entretanto, prosseguiram em sua greve, reivindicando o respeito à Constituição e a con-

seqüente reintegração dos demitidos e de seus representantes;

“5) Paralelamente, a diretoria do sindicato, sempre aberta ao diálogo, realizou várias negociações com a empresa no sentido de por fim ao impasse gerado pela própria Ford;

“6) A Ford, no entanto, insistiu em sua postura intransigente de não aceitar o retorno da organização sindical à fábrica e, novamente, infringiu a lei ao punir os 6 500 trabalhadores não-grevistas suspendendo parte do pagamento de seus salários;

“7) Diante disso, é de total responsabilidade da empresa os lamentáveis incidentes ocorridos na noite de sexta-feira, no interior da fábrica.

“8) A direção do sindicato continua disposta a negociar com a Autolatina, muito embora a empresa tenha demonstrado que seu caminho não é o do diálogo, mas sim o da repressão. Entretanto, não aceitaremos que o ministro do Trabalho intermedie as negociações. Esta decisão teve o aval de todos os grevistas da Ford, que entenderam que o ministro não possui capacidade e caráter necessários para assumir a postura de mediador;

“9) Diante de todos estes fatores, conclamamos os trabalhadores brasileiros e a sociedade como um todo a se solidarizarem com os trabalhadores na Ford Brasil, em nome do legítimo direito de organização sindical, de liberdade de expressão e de democracia.

uma arapuca para a classe trabalhadora, foi cinica e hipócrita” e que “a Ford está com dó dos carros quebrados, mas não tem dó da fome que caminha na casa dos trabalhadores”.

Dom Claudio Hummes, bispo diocesano de Santo André, comentou

que “a Igreja não apóia a violência como método social e tenho certeza que os atos ocorridos na Ford não foram incentivados pelo sindicato, cujo trabalho acompanho há vários anos”. (Folha de S. Paulo, 21 e 24/07/90)

## Mínimo perdeu 71% desde 1940

Ao completar cinquenta anos de existência em julho, o salário mínimo (Cr\$ 4 904,76) representa apenas 28,96% do que valia em 1940, de acordo com o Dieese, que calcula em Cr\$ 38 596,00 a remuneração mínima necessária hoje ao trabalhador.

Em 1959, afirma o Dieese, o trabalhador que recebia salário mínimo podia comprar quase quinhentos litros de leite. Enquanto isso o salário de junho (Cr\$ 3 857,76) foi suficiente apenas para comprar pouco mais de quinze litros.

Tudo isso enquadra o mínimo brasileiro como um dos mais baixos do mundo. De acordo com levantamento feito pelo Dieese junto a embaixadas de vinte países estrangeiros, o salário mínimo brasileiro, de 67 dólares, só consegue ser maior que o da Guatemala, 50 dólares, ficando bem atrás dos mínimos da França, 890 dólares, EUA, 668 dólares, e Itália, 600 dólares. (*O Globo*, 17/07/90).

## Metalúrgicos da CSN lutam por salários e mobilizam Volta Redonda

Os metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) reduziram sua reivindicação por reposição salarial de 166% para 80%, mas esta ainda é muito superior ao adiantamento de 17% oferecido pela empresa. Outra polêmica é motivada pelo parcelamento dos reajustes devidos de acordos coletivos anteriores: os trabalhadores querem receber tudo em no máximo dez vezes, a empresa quer pagar em cinquenta parcelas mensais. Diante disso um acordo satisfatório para os trabalhadores é pouco provável de ser firmado ainda este mês.

No dia 23, os metalúrgicos, em greve desde o dia 11, realizaram uma passeata que contou com cerca de 4 mil trabalhadores, na qual carregaram pelas principais ruas da cidade uma chave de três metros de comprimento, simbolizando, segundo eles, a entrega aos 300 mil habitantes da cidade,

do controle da Usina Presidente Vargas.

O secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos, Marcelo Felício, disse que "a CSN é de todo o povo de Volta Redonda e os comerciantes têm que entender que se os trabalhadores não receberem salários dignos e justos eles não terão fregueses". Numa clara solicitação de apoio para o planejado dia de paralisação da cidade, no qual todas as atividades comerciais e industriais parariam em protesto conjunto com os trabalhadores, contra a privatização da CSN, que afetará direta e indiretamente cerca de 300 mil pessoas. Uma comissão de metalúrgicos de Volta Redonda irá a Brasília entregar ao presidente da República um projeto de reabilitação da Companhia Siderúrgica Nacional. (*O Estado de S. Paulo*, 24/07/90; *Gazeta Mercantil*, 23/07/90)

## CUT e UFRJ estudam impacto da automação

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) assinou acordo de cooperação com a Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (Coppe) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Acertado com o Grupo de Pesquisa em Tecnologia e Relações de Trabalho, o convênio se centrará no estudo do impacto das novas tecnologias na organização do trabalho.

Os objetivos gerais do convênio CUT/Coppe abrangem os temas no-

vas tecnologias, condições de trabalho, ergonomia e meio-ambiente. No capítulo de novas tecnologias serão estudadas a introdução de equipamentos, as mudanças organizacionais trazidas pelas inovações tecnológicas e a possibilidade de utilização de tecnologias alternativas. O objetivo do acordo é ampliar a eficácia da resposta sindical à modernização da indústria, do ponto de vista da CUT, e o conhecimento sobre a organização fabril, do ponto de vista da Coppe.

Ainda para este ano, estão previstos quatro seminários regionais em conjunto com a Comissão de Tecnologia e Automação da CUT, cursos sobre automação e organização do trabalho no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, publicação conjunta com o Ibase dos resultados da pesquisa no setor metalmeccânico do Rio e o início de levantamento de dados no setor bancário. (*Gazeta Mercantil*, 19/07/90)

## Metrô do Rio afasta 24 dirigentes sindicais

A Companhia do Metropolitano do Rio afastou, mediante suspensão do contrato de trabalho, o presidente do Sindicato dos Metroviários, Rosalvo Costa Correia, o ex-presidente da CUT estadual Geraldo Candido da Silva e outros 22 trabalhadores, entre diretores e ativistas sindicais. A medida foi tomada em represália à abertura de roletas feita pelos metroviários.

O afastamento dos trabalhadores não pôs fim ao impasse entre a empresa e a categoria que em assembléia, na tarde do dia 20 de julho, decidiu permanecer em greve, prometendo reabrir as roletas se não houver acordo até o final do mês.

Os metroviários do Rio de Janeiro, conseguiram em junho sentença favorável do Tribunal Regional do

Trabalho pelo reajuste de 166,89%. A companhia do Metrô recorreu ao Tribunal Superior do Trabalho, que ainda não se pronunciou. O impasse, agora, gira em torno do percentual de antecipação: a empresa oferece 50% a partir de 1º de julho; os metroviários querem 60% retroativos à data-base (1º de maio). (*Gazeta Mercantil*, 20 e 23/07/90)

## Collor quer fazer o que Mobral e Educar não fizeram

## MEC pretende alfabetizar 17 milhões



Em 1967 o presidente Costa e Silva criava o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização). Ao assumir a primeira presidência do

cional quanto ao objetivo de universalizar o ensino fundamental — e também entre a população de 40 anos e mais.

O Mobral não deu certo, conforme Tereza da Silva, professora da USP, porque utilizava voluntários despreparados ou não remunerados, em locais deficientes de mobiliário e iluminação, e com métodos pedagógicos improvisados. O resultado foi que 60% dos candidatos não conseguiram se alfabetizar e os demais em pouco tempo regressaram à estaca zero. Enquanto isso, o ensino regular definiu, sem verbas, e só contribuiu para aumentar o número de analfabetos.

O presidente Sarney disse no início de seu governo que o Brasil entraria no século XXI com um povo alfabetizado — e lançou a Fundação Educar para fazer o trabalho que o Mobral realizava. A Educar não fez muita coisa. No início do governo Collor, o órgão foi extinto. Agora, o novo governo prevê novamente a erradicação do analfabetismo e a universalização do ensino básico. (*Zero Hora/Porto Alegre, 15/07/90*)

O Plano Nacional de Alfabetização e Cidadania do Ministério da Educação (MEC) pretende atingir um milhão de pessoas ainda este ano e 70% dos 24,5 milhões de analfabetos do país até o final do governo Collor.

Todos os órgãos do governo estarão integrados num esforço conjunto para cumprir os programas do MEC. Será solicitada a ajuda das principais redes de rádio e televisão para exibir, em horário nobre, os programas de alfabetização. O objetivo é mobilizar o país inteiro num esforço que Ledja Austrilino da Silva, secretária de Educação Básica, define como “mutirão nacional pelo ensino”.

“Cada estado vai elaborar o seu programa”, afirma Ledja. A meta é atingir 17% dos analfabetos por ano, nos dois primeiros anos do programa, e 18% em cada um dos dois últimos anos, totalizando, ao final de quatro anos, 70% dos analfabetos do país. (*O Estado de S.Paulo, 21/07/90*)

Mobral, em 1970, Mário Henrique Simonsen prometeu erradicar o analfabetismo até o final daquela década. Em 1972, Simonsen atribuía ao Mobral o feito de ter ensinado a ler e escrever 3,5 milhões de adultos, e de ter reduzido o índice nacional de analfabetismo de 33% para 26% entre as pessoas de 15 anos ou mais. Na verdade, segundo Alceu Ferrari, professor da UFRGS, este índice só seria alcançado bem no final da década de 70. Era a “manipulação das estatísticas de maior interesse do Regime”.

Nos estudos que fez, Ferrari concluiu que de 1970 a 1980 o número de analfabetos diminuiu principalmente nos grupos de 15 a 39 anos pela ação do Mobral, mas aumentou entre a população de 7 a 14 anos — revelando a falência do sistema educa-

## Índices tendem a cair, independente do governo

Os índices caíram nas épocas em que houve campanhas de erradicação do analfabetismo e também nas épocas em que não houve campanha nenhuma. O professor da UFRGS, Alceu Ferrari, chama esta queda constante de “tendência secular”: é o resultado do desenvolvimento, da urbanização, da expansão dos serviços,

das transformações sócio-econômicas, muito mais do que das iniciativas específicas na área da educação.

Ferrari diz que se o governo quiser levar a sério a determinação constitucional — que prevê a erradicação do analfabetismo em dez anos — é preciso investir fortemente em duas faixas: na escolarização obrigatória,

atingindo a população que está dentro das escolas, e também naquela parte da população que sistematicamente é excluída pela evasão — os que já saíram da escola mas ainda têm menos de 14 anos. Não se pode esquecer também quem já passou da idade escolar (mais de 14 anos). (*Zero Hora/Porto Alegre, 15/07/90*)

## Estudo flagra tragédia da educação

Encomendado pelo MEC, o mais abrangente levantamento do ensino secundário do país concluiu que 85,12% dos brasileiros entre 15 e 19 anos estão fora da escola, seja porque a abandonaram, seja porque jamais ingressaram nela. O estudo partiu das professoras pernambucanas Ednar Cavalcanti e Mabel Albuquerque,

estendendo-se por dez estados através de equipes de universidades locais.

“O sistema permanece sem oferecer vagas suficientes nem condições de permanência”, afirma a professora Mabel. Mesmo no estado de melhor performance, São Paulo, o percentual de jovens em idade de frequen-

tar a escola secundária, que se encontram fora dela, é de 63,5%. Em estados mais pobres a situação é catastrófica. No Maranhão, o índice é de 91% e, no Rio Grande do Norte de 89,7%.

A pesquisa será publicada com o título de *O ensino de segundo grau no Brasil — caracterização e perspectiva*. (*Jornal do Brasil, 24/07/90*)

## Oligarquias destróem proposta educacional em Rio Claro

Maria Nilde Mascellani foi afastada em maio do cargo de secretária da Educação de Rio Claro (SP). A conhecida criadora do ensino vocacional — experiência inovadora que teve fim em 1968, por força da ditadura militar — soube de sua exoneração pela rádio local, antes mesmo que o próprio prefeito fosse comunicado, acusada de “alienígena” e de introduzir “pregações e métodos estranhos à sociedade rioclarenses”.

Segundo a professora Maria Lúcia Montes, que acompanhou o intenso trabalho de Mascellani à frente do ensino municipal de Rio Claro, “à sombra do debate ‘ideológico’ e ‘moderno’ se renova a velha luta das oligarquias dos donos do poder pelo controle da máquina governamental e do aces-

so privilegiado aos favores do estado”.

O atual prefeito, que passou rapidamente por diversos partidos, buscou na reconhecida competência da educadora uma base de sustentação para sua gestão, nomeando-a em setembro passado. Os ataques começaram já em dezembro, conforme se confirmava a possibilidade de afastamento de antigos aliados do prefeito. Forças políticas conservadoras e clientelistas lançaram mão de todos os expedientes, do questionamento inconseqüente da proposta pedagógica de Mascellani à averiguação dos gastos da secretaria. Chegou a se formar na Câmara uma Comissão Especial de Inquérito, que procurou verificar ainda os critérios sob os quais foram demitidos funcionários e puni-

dos professores. A secretária havia exigido que as escolas fizessem a avaliação e o planejamento para 1990, coibido o preenchimento de cargos inexistentes ou a sua ocupação por funcionários fantasmas, além de ter impedido o exercício de funções sem a devida qualificação e a prática de comércio nos órgãos públicos que lhe eram subordinados.

Comprovada a competência e a lisura administrativa de Mascellani, restou o discurso reacionário e o patulhamento ideológico. O trabalho da Comissão de Inquérito, a portas fechadas, transformou-se numa arguição do teor da “pregação política”, como os vereadores qualificavam a proposta educacional da secretaria. (CEDI, 25/07/90)

## Trabalhadores mineiros em educação unificam entidades

O maior sindicato de trabalhadores na educação em Minas Gerais está para nascer. Ele surgirá da unificação da entidades das redes estadual e municipais e deverá ter entre 250 mil e 300 mil filiados, conforme estima a presidente da UTE (União dos Trabalhadores no Ensino), Rosaura Magalhães.

Discutida há algum tempo pela UTE, Sindicato dos Professores da Educação Pública (Sinpep), Associação dos Diretores e Vice-diretores das Escolas Municipais (Advem), Associação dos Orientadores Escolares de Minas Gerais (Aoemig) e Sindicato dos Trabalhadores do Ensino da Prefeitura (Sintep), a unificação deverá se consumir com o congresso que será realizado no Mineirinho, de 15 a 18 de agosto.

Para o presidente da UTE o momento é histórico para a categoria. “Não há força externa nesta mudança, e sim trabalhadores da educação se organizando de forma livre e madura para a luta comum, que é melhorar a qualidade do ensino público”, afirmou. (Diário da Tarde/Be-lo Horizonte, 17/07/90)

## Secretário do ES ameaça cortar ponto

O secretário estadual da Educação do Espírito Santo, José Eugênio Vieira, afirmou que vai cortar o ponto dos professores que não repuserem as aulas referentes aos 42 dias de greve, ocorrida entre 1 de junho a 12 de julho. Os professores decidiram em assembléia que só farão reposição

depois do recesso de 15 dias, que termina em 30 de julho, ma Vieira disse que é impossível repor as aulas até o final do ano sem usar os dias destinados ao recesso. Afirmou ainda que apenas nove das 3,5 mil escolas estaduais não estão fazendo a reposição. (A Gazeta/Vitória, 18/07/90)

## Promotor exige que Cpers indenize o Estado

A declaração do coordenador das Promotorias de Defesa Comunitária, Ariovaldo da Silva, de que o Cpers (Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul) deverá indenizar o Estado se não cumprir os 190 dias letivos, não foi bem recebida no magistério, que esteve em greve por 58 dias. A advertência sobre a indenização “está atrapalhada”, afirmou Clóvis Oliveira, vice-presidente do Cpers, lembrando que uma comissão paritária — com integrantes do Cpers, da Secretaria de Educação, da União Gaúcha de Estudantes Secundaristas e da Associação de Círculos de Pais e Mestres — está trabalhando desde o dia 6, para definir o novo calendário escolar. (Zero Hora/Porto Alegre, 16/07/90)

## Estudantes baianos defendem escolas

Cerca de 300 estudantes, comandados pela União Metropolitana dos estudantes secundaristas (Umes), promoveram uma passeata dia 16 de julho, protestando contra o descaso oficial em relação à educação. Os estudantes exigem que as escolas sejam recuperadas imediatamente e que o governador contrate os professores aprovados no último concurso. Alegam que muitas escolas estão na iminência de fechar por falta de professores e por falta de infra-estrutura física dos prédios. Dia 19, o Conselho Estadual de Educação da Bahia divulgou um documento, segundo o qual das cerca de 4,5 mil escolas estaduais, 2,7 mil estão sem funcionar. (A Tarde/Salvador, 17/07/90; Folha de S. Paulo, 20/07/90)

## Luta pelo poder 'racha' o Solidariedade

O que vinha se desenhando desde o final de abril, quando o Solidariedade, da Polônia, realizou seu 2º Congresso, se consumou há uma semana. Lech Walesa e o primeiro-ministro Tadeuz Mazowiecki praticamente romperam relações. As consequências, a curto prazo, serão um "racha" maior no sindicato que se projetou, desde 1980, como a grande criação por democracia e liberdade no Leste Europeu. E o processo já começou.

O centro da disputa é a presidência da República, ainda hoje ocu-

pada pelo general Jaruzelski, o mesmo que fechou o Solidariedade em 80 e prendeu seus líderes. Desde a posse de Mazowiecki, o papel de Walesa na Polônia diminuiu. Em compensação, a briga no Solidariedade apareceu à luz do dia e cresceu. "Cripto-comunista", "porco", "demagogo" e "déspota" foram os pesados termos empregados na briga, de parte a parte.

No fundo da disputa há as tensões de uma transição dolorosa. O número de desempregados na Polônia já chega a quase 600 mil, contra

9 mil no princípio do ano. A inflação caiu, mas o nível de vida da população também. Uma tentativa de acordo foi a recente demissão, por Mazowiecki, de cinco ministros comunistas remanescentes dos acordos que levaram à constituição do governo do Solidariedade. Walesa, no entanto, não se satisfaz. Seus partidários aumentaram a pressão por sua eleição imediata. O desfecho foi a cisão. Agora, a disputa pode ser transferida dos bastidores do governo para o conjunto da sociedade polonesa. (*Jornal da Tarde*, 27/07/90)

### Albânia fecha suas fronteiras

O governo da Albânia decidiu impedir a entrada de jornalistas no país. Ele bloqueou na fronteira com a Iugoslávia um grupo de correspondentes estrangeiros. Um segundo grupo iria tentar entrar no país, partindo de Otranto, na Itália, num barco de turismo. Mas o governo de Tirana decidiu também fechar o acesso de turistas.

Em discurso em Tirana, para 120 mil pessoas, o líder albanês Chelil Gjoni afirmou que os albaneses que se refugiaram no Ocidente são traidores e há um plano, montado no exterior, para favorecer a volta da burguesia ao poder. Os refugiados que chegaram à Itália voltaram a denunciar os privilégios da burocracia albanesa, envolvendo, segundo eles, no contrabando de cigarros para o resto da Europa. (*Folha de S. Paulo*, 23/07/90)

### Cai padrão de vida dos latinos

O padrão de vida de milhares de pessoas está hoje abaixo do registrado há vinte anos na América Latina e Caribe, uma região onde o contraste entre a pobreza e a riqueza nacio-

nal é mais marcante do que em países subdesenvolvidos de outras áreas, afirmou o Banco Mundial em seu relatório anual de 1990, divulgado em Washington.

"Apesar da renda *per capita* média, que é de cinco a seis vezes à da Ásia Meridional e do Sahel africano, quase 20% da população da América Latina e do Caribe ainda vive em pobreza", acrescentou o relatório. "O motivo é o grau excepcionalmente alto de desigualdade da renda da região", segundo o Banco Mundial. "Elevar a renda de todos os pobres no continente para imediatamente acima da linha de pobreza custaria apenas 0,7% do Produto Nacional Bruto regional — o equivalente aproximado de um imposto de renda de 2% sobre os 20% mais ricos da população", prevê o banco. (*Gazeta Mercantil*, 17/07/90)

### Gastos militares representam 20%

A miséria social latino-americana também tem suas raízes na maneira como as nações distribuem seus recursos. De acordo com o relatório anual do Bird, os gastos militares das nações em desenvolvimento representaram, em média, 20% dos orçamentos federais. (*O Estado de S. Paulo*, 17/07/90)

### Aconteceu

CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação  
Rua Santo Amaro, 129 — 22211 — Rio de Janeiro — RJ  
Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

PORTE PAGO  
DR/RJ  
ISR - 52-655/87



UP-CT PRINCIPAL